

ÍNDICE

O (IN)SUSTENTÁVEL PESO DO AVAL EM LIVRANÇA EM BRANCO PRESTADO POR SÓCIO DE SOCIEDADE PARA GARANTIA DE CRÉDITO BANCÁRIO <i>REVOLVING</i>	9
1. Introdução	9
2. Sobre a fundamentação de direito constante do AUJ 4/2013	12
3. O aval em livrança em branco incorpora já uma vinculação cambiária?	16
4. A tipicidade social da livrança em branco com aval incorporado no âmbito da concessão de crédito bancário	23
5. A desvinculação <i>ad nutum</i> por denúncia, a desvinculação por resolução e a revogação da autorização de preenchimento	29
6. A tutela do banco-credor	34
7. O paradoxo da solução do AUJ	36
SOBRE OS PODERES DOS CREDORES CONTRA OS FIADORES NO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CIRE. BREVES NOTAS	39
1. Introdução	39
2. O fim de garantia ou segurança entre os pilares do regime da fiança	43
3. O fiador como assuntor do risco económico da insolvência do devedor	48
4. Insolvência-liquidação e dívida fidejussória	49
5. Plano de insolvência	55
6. Os fiadores e o plano especial de revitalização (PER)	58
SOBRE A CAUÇÃO GLOBAL PARA DESALFANDEGAMENTO DESEMBARAÇOS DE MERCADORIAS E EMBARAÇOS DE RESPONSABILIDADES	67
1. Introdução	67
2. O termo de caução	70

3. O funcionamento da caução global para desalfandegamento	77
4. A caução global para desalfandegamento prestada a pedido do dono ou consignatário das mercadorias	80
5. A caução global para desalfandegamento prestada a pedido de despachante oficial	81
5.1. Introdução	81
5.2. Atuação do despachante em nome próprio	85
5.3. A singularidade do “regresso” pela entidade garante ou pelo despachante oficial	87
5.4. Atuação do despachante em nome do dono ou consignatário das mercadorias	90
6. Desembaraços de mercadorias e embaraços de responsabilidades	91
7. Trabalhos urgentes para o legislador	96

SEGURANÇA, SUBGARANTIA E SOBREGARANTIA – ENTRE OS TRÊS “S” DO DIREITO DAS GARANTIAS

1. Em busca de segurança. O primeiro “S”	99
1.1. O património do devedor e a responsabilidade patrimonial	99
1.2. O reforço de segurança com soluções externas	103
1.3. O reforço de segurança com soluções internas	109
1.4. O credor pode impor ao devedor o seu “perímetro de segurança”?	111
2. Subgarantia. O segundo “S”	116
3. Sobregarantia. O terceiro “S”	118

O REGIME GERAL DA FIANÇA E OS 50 ANOS DO CÓDIGO CIVIL. ESBOÇOS PARA NOVAS SOLUÇÕES FACE AOS NOVOS TEMPOS

1. Introdução	121
2. A questão da natureza negocial da fiança	125
3. Forma da declaração de fiança	128
4. Limites da vinculação fidejussória	131
5. Reforço da garantia	132
6. Benefício da excussão	135
7. Fiança e habitação própria permanente do fiador	138
8. Extinção da fiança	141
9. Extinção da fiança por oposição à renovação ou por denúncia	142
10. Extinção da fiança por sobregarantia <i>iuris et de jure</i> presumida	144
11. Cessação do <i>status</i> que determinou a prestação de fiança	146
12. Fiança e perda do benefício do prazo	147
13. Pluralidade de fiadores e benefício da divisão	148
14. Conclusões	149

PODE O CREDOR SATISFEITO INTERFERIR NA LIQUIDAÇÃO DA SITUAÇÃO FIDEJUSSÓRIA, HAVENDO PLURALIDADE DE FIADORES EM SOLIDARIEDADE? ANOTAÇÃO AO AUJ 6/2021	153
1. Introdução	153
2. A sub-rogação do artigo 644º e as sub-rogações do artigo 650º do CC	155
3. Pode o credor que aceita o cumprimento por um cofiador agravar a posição dos demais cofiadores na fase do regresso?	159
SOBRE A MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE FIDEJUSSÓRIA NO CASO DE NULIDADE DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. NOTAS SUMÁRIAS A PROPÓSITO DE UM SINGULAR ACÓRDÃO DO STJ	165
1. Introdução	165
2. Sobre a fiança relativa a créditos decorrentes de negócios declarados nulos	168
3. Sobre a responsabilidade fidejussóra pela dívida de restituição consequente da declaração de nulidade da obrigação principal	171
4. Sobre a forma da fiança e a sua validade	174
5. Análise da solução dada pelo STJ à cobertura fidejussória da obrigação de restituição	177
6. Sobre a singular interpretação extensiva do número 2 do artigo 632 do CC feita pelo STJ	180
7. Apreciação da declaração de vencida	187
8. Em modo de conclusões. Sobre quem ri, quem sorri e quem chora a final	190
SOBRE A DECLARAÇÃO BANCÁRIA EQUIVALENTE AO PREENCHIMENTO DE CAPACIDADE FINANCEIRA NO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS. BREVES APONTAMENTOS	193
1. Introdução	193
2. Declaração bancária equivalente ao preenchimento do requisito de capacidade financeira	196
3. Os “pecadilhos” do modelo de declaração bancária	200
4. Sobre o carácter vinculativo da Declaração	201
5. Abertura de crédito	204
6. Posição(ões) ativa(s) emergente(s) da Declaração	206
7. Perturbações	208
8. Determinação ou determinabilidade do crédito	212

SOBRE OS PODERES DOS CREDORES DA SOCIEDADE QUANTO ÀS ENTRADAS DOS SÓCIOS	217
1. Introdução	217
2. O regime em vigor antes do CSC	221
3. As várias explicações aduzidas para o regime do artigo 30º CSC	226
4. Sobre a sub-rogação do credor ao devedor	230
5. Sobre os “direitos dos credores quanto às entradas”	233
6. Sobre a natureza dos “direitos dos credores quanto às entradas”	240
O SÓCIO GARANTE. O ARTIGO 198º CSC ENQUANTO PONTO DE ENCONTRO ENTRE O DIREITO DAS SOCIEDADES E O DIREITO DAS GARANTIAS	243
1. Introdução	243
2. Em busca da origem do artigo 198º CSC ou a “bifurcação” do tipo sociedade por quotas no anteprojecto de Raúl Ventura	246
3. A solução <i>mezzanine</i> do artigo 198º CSC	248
4. Dúvidas de regime suscitadas pelo artigo 198º CSC	252
4.1. Necessidade de previsão estatutária	252
4.2. A modalidade da responsabilidade solidária com a sociedade	254
4.3. O limite do “determinado montante”	257
4.4. Perenidade da vinculação	260
4.5. A responsabilidade subsidiária a efetivar apenas na fase da liquidação	264
4.6. A “garantia” do sócio garante	266
5. Sobre a irradiação de soluções do artigo 198º CSC	269
“SUPOMOS QUE ESTA DESCRIÇÃO LEGAL DA SITUAÇÃO É INACEITÁVEL”. SOBRE A “SUB-ROGAÇÃO DOS CREDORES” DO REPUDIANTE NA ACEITAÇÃO DA HERANÇA E A INTERPRETAÇÃO DISRUPTIVA DE JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO	273
1. Introdução	273
2. “Supomos que esta descrição legal da situação é inaceitável”	277
3. As duas teses em confronto enunciadas por Espinosa Gomes da Silva	280
4. As várias posições (des)alinhadas	282
5. A “aceitação da herança” do artigo 2067º CC não é uma aceitação da herança	296
6. A favor da solução disruptiva de José de Oliveira Ascensão e sobre o que sobra da remissão para o regime dos artigos 606º e seguintes do CC	300
7. Algumas conclusões	307

SOBRE A GARANTIA FIDEJUSSÓRIA (“GARANTIA PESSOAL DEPENDENTE”) NO RJCC DE MOÇAMBIQUE. NOTAS SUMÁRIAS	309
1. Introdução. A noção de “contrato de garantia comercial”	309
2. Notas breves sobre as “Disposições gerais” aplicáveis aos vários contratos de garantia comercial.	316
3. Sobre a categoria “garantia pessoal” (dependente ou independente)	325
4. Notas sobre as presunções dos artigos 519 e 524 do RJCC	329
5. Sobre a convenção de subsidiariedade	332
6. Âmbito da obrigação do garante fidejussório	335
7. Exigência de cumprimento ao garante fidejussório e exceções oponíveis	343
8. Tutela do garante fidejussório	347